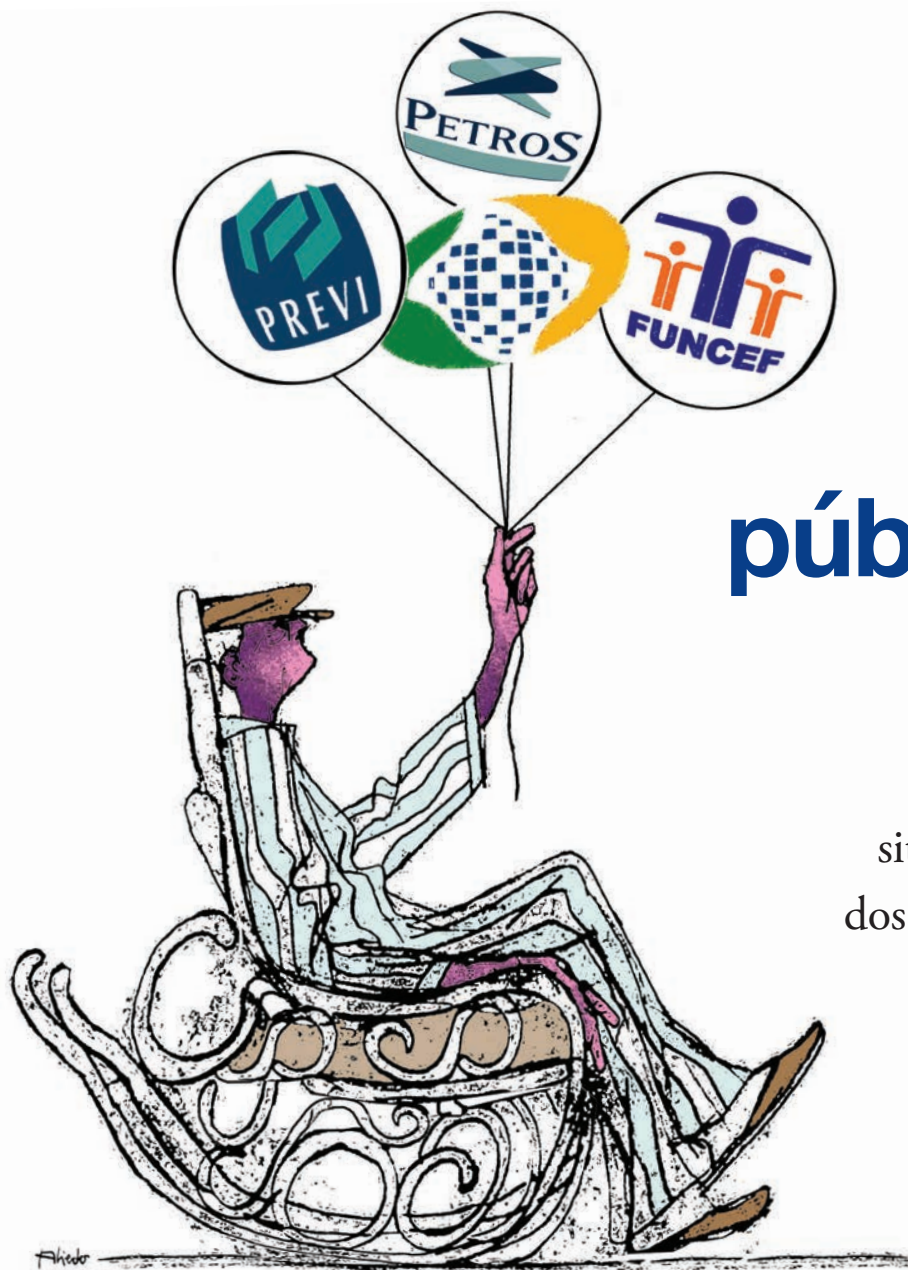


JE

Jornal dos Economistas

Nº 307 Fevereiro de 2015

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ



Previdência pública e privada

Ronaldo Tedesco, Sara Granemann
e Denise Lobato Gentil debatem a
situação da previdência social e o papel
dos fundos de pensão privados no Brasil.

Escolas da Macroeconomia

Artigo da série aborda
os Novos Keynesianos

Fórum Popular do Orçamento

FPO avalia políticas e
orçamento da educação

Prêmio de Monografia

Trabalho analisa a evolução
do ensino superior

Previdência pública e privada

Uma das principais evidências do desenvolvimento social de uma nação é a capacidade de prover aos seus idosos uma renda que lhes permita viver a fase final de suas vidas com dignidade, patamar que no Brasil está longe de ter atingido. O tema desta edição é a previdência, nas modalidades pública e privada, o que inclui os fundos de pensão.

O artigo de abertura, de Ronaldo Tedesco, examina a situação da Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, que, no bojo do escândalo que afeta todo o Sistema Petrobras, está em evidência. Conselheiro fiscal da Petros, Tedesco afirma que os fundos são os maiores parceiros do Estado brasileiro nos investimentos no setor produtivo. Ele ressalta a importância de os fundos aumentarem a transparência dos seus investimentos.

Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da UFRJ, inicia o seu artigo com a conceituação das modalidades de previdência pública e privada existentes no Brasil. Ela alerta que os assalariados que optam por fundos de previdência privados estão estimulando mecanismos desfavoráveis ao conjunto dos trabalhadores, como a adoção de superávits primários e a exploração do trabalho.

Denise Lobato Gentil, do IE-UFRJ, enfatiza em entrevista a importância de todos os trabalhadores se mobilizarem para o fortalecimento da previdência pública, defende a elevação do teto de pagamento de aposentadorias e nega a existência do tão propalado déficit da previdência. Ele é crítico dos fundos de pensão privados, que atraem vultosos recursos que poderiam alimentar a previdência pública. Denise contesta a avaliação de que os fundos de pensão têm um papel relevante de promoção do investimento, uma vez que a maior parte dessa poupança é destinada para a compra de títulos públicos.

Fora do bloco temático, publicamos o resumo do trabalho de Leandro Dias Daumas, quarto colocado no 24º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, que faz uma análise da evolução do ensino superior no Brasil entre os anos 1999 e 2009.

O artigo do FPO, o primeiro de uma série sobre o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) e políticas públicas voltadas para os jovens na cidade do Rio, versa sobre a área de educação.

Na série Escolas de Macroeconomia, Maria Isabel Busato e Fabio N. P. de Freitas, professores do IE-UFRJ, assinam artigo sobre os Novos Keynesianos.

Previdência pública e privada 3

Ronaldo Tedesco Vilaro

Os Fundos de Pensão no Brasil

Previdência pública e privada 5

Sara Granemann

Previdência privada, projeto dos trabalhadores?

Entrevista: Denise Lobato Gentil 7

“Se todos os trabalhadores lutassem por uma previdência pública, eles seriam capazes de defender uma causa coletiva e de ter uma aposentadoria com um valor adequado e digno.”

Prêmio de Monografia 10

Leandro Dias Daumas

Análise da evolução do ensino superior no Brasil entre os anos 1999 e 2009

Fórum Popular do Orçamento 12

Linha de produção não rima com educação

Escolas da Macroeconomia 14

Maria Isabel Busato

e Fabio N. P. de Freitas

Novos Keynesianos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Edson Peterli Guimarães, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2014-2016): Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012-2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2014-2016): Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

Os Fundos de Pensão no Brasil

Ronaldo Tedesco Vilardo*

A Operação Lava Jato da Polícia Federal busca apurar a existência de operações ilegais nas empresas do Sistema Petrobrás e denúncias de corrupção na compra e venda de ativos da companhia, além da formação de cartel entre fornecedores e empreiteiras contratadas, envolvendo diretores e gerentes da companhia.

Um dos focos das investigações é a Fundação Petrobrás de Seguridade Social, a Petros. Haveria indícios, segundo a mídia, de envolvimento de gestores do fundo de pensão em transações envolvendo propinas para favorecimento de empresas contratadas e lavagem de dinheiro.

Circulam boatos de que a Petros poderia ter o mesmo destino dos fundos AEROS/AERUS, dos trabalhadores da VASP e da VARIG/TRANSBRASIL, respectivamente.

O que podemos afirmar hoje sobre a Petros? Terá o mesmo destino do AEROS/AERUS? Os fundos de pensão são bem geridos? Há interferências que prejudicam a boa gestão dos recursos? Qual é o papel dos fundos como Petros e Previ para a sociedade brasileira? Este artigo visa contribuir para esclarecer estes questionamentos de forma objetiva.

O patrimônio da Petros

Partiremos de uma radiografia do Fundo Petros, entendendo aí, de forma didática, o patrimônio da Petros como um todo consolidado. A Petros possuía em junho de 2014 um patrimônio de R\$ 67,7 bilhões, como demonstrado na Tabela 1, abaixo.

Veja na Tabela 2 a participação da Petros em ativos do mercado e o que eles representam em relação ao seu portfólio.

Temos ainda na Petros aproximadamente R\$ 16 bilhões em títulos públicos, emitidos pelo governo. Na Tabela 3 podemos

acompanhar a rentabilidade da Petros a partir de 2002 até 2013.

Evidentemente, tal situação merece um acompanhamento de perto dos gestores, para que não tenhamos mais à frente que enfrentar um déficit estrutural que necessite de um novo plano de custeio. Estaríamos repassando estas dificuldades para participantes e assistidos, bem como patrocinadores.

Um caso importante em relação à Petros é o da Lupatech, firma prestadora de serviços à Petrobrás que recebeu por parte da Petros forte investimento. As diferentes dificuldades de gestão vivenciadas por esta empresa levaram a mesma a uma situação falimentar.

A Petros voltou a fazer vultosos investimentos na empresa. Ao mesmo tempo, a Petrobrás rompia dois contratos de serviços que a Lupatech prestava à companhia.

Os investimentos dos Fundos de Pensão

A Petros, assim como a Previ, a Funcef, o Postalís e o Fundo Real

Grandeza são alguns dos maiores fundos de pensão do país. Veja na Tabela 4 a classificação da ABRAPP – Associação Nacional dos Fundos de Pensão – dos 20 maiores fundos de pensão.

A rentabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) deve ser fiscalizada pelo Governo Federal através da PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar, acompanhando tanto a evolução do patrimônio dos planos (ativo) como também suas reservas matemáticas (passivo).

Veja na Tabela 5 o comportamento tanto da Taxa Máxima Atuarial (TMA), como da rentabilidade das EFPC em relação ao CDI na última década, segundo a ABRAPP.

As mudanças ocorridas em 2001 no sistema de previdência, abrangendo a Emenda Constitucional número 20 e as Leis Complementares 108 e 109, regularam o setor. A PREVIC vem, ao longo dos últimos anos, consolidando todo um arcabouço legal que monitora e fiscaliza hoje em dia as EFPC para que o patrimônio dos

fundos de pensão não vire fumaça na mão de gestores irresponsáveis.

A reforma previdenciária implantada pelo Governo FHC e continuada pelo Governo Lula trouxe uma série de prejuízos para os trabalhadores. Porém, a regulação do setor de previdência complementar trouxe também algumas ferramentas para proteção do patrimônio dos participantes dos fundos de pensão.

O Caso AERUS/AEROS

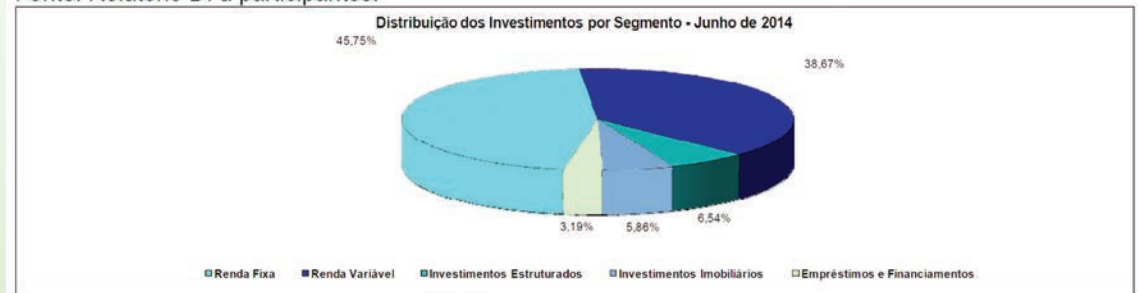
Conforme nos relata o “IN-FOAPRUS”, informativo dos associados da APRUS, Associação dos Participantes e Beneficiários do Aerus, de junho de 2010 (ano III – nº 27), os Fundos AEROS e AERUS tinham como fontes de custeio a contribuição dos trabalhadores, 3% das passagens aéreas vendidas no território nacional durante 30 anos e recursos das empresas patrocinadoras. Todas as projeções e cálculos atuariais elaborados desde sua instituição no ano de 1982 tiveram como base estas três fontes.

Os trabalhadores tinham sua

Tabela 1
Composição dos recursos garantidores por segmento

Segmento	Junho de 2013		Junho de 2014	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	30.402.252.474,71	46,92%	30.989.548.284,49	45,75%
Renda Variável	25.743.389.972,51	39,73%	26.195.702.556,26	38,67%
Investimentos Estruturados	3.296.120.499,62	5,09%	4.429.704.714,11	6,54%
Investimentos Imobiliários	3.386.321.789,78	5,23%	3.966.504.299,46	5,86%
Empréstimos e Financiamentos	1.972.301.116,10	3,04%	2.162.142.332,05	3,19%
Total	64.800.385.852,72	100,00%	67.743.602.186,37	100,00%

Fonte: Relatório DI a participantes.



contribuição descontada em folha, portanto, contribuíram mensalmente. Os 3% das passagens aéreas foram cancelados após nove anos sem qualquer verificação atuarial.

No caso do fundo AEROS, além da VASP não repassar sua contribuição, o Fundo ainda realizava empréstimos à empresa, o que é proibido por lei. Tudo isso aconteceu com a aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Hoje os patrimônios dos fundos de pensão são investimentos em bens e ativos reais, participação em empresas, títulos públicos e priva-

dos, imóveis, empréstimos e financiamentos a participantes etc.

A Gestão das EFPCs

Os investimentos nos setores produtivos de nosso país hoje são realizados quase que integralmente pelo setor público. No setor privado, destacadamente, os fundos de pensão são os principais parceiros do Estado brasileiro, tendo em vista sua capacidade de poupança. O patrimônio total dos fundos de pensão no país ultrapassa a marca de R\$ 660 bilhões, sendo que, destes, cerca de R\$ 200 bilhões são investimentos estruturados ou em renda variável, conforme a Tabela 6:

O capital privado hoje no Brasil não tem participando ativamente e de forma decisiva dos investimentos em setores produtivos promovidos pelo governo federal.

O Estado brasileiro, portanto, é dependente da parceria com os

fundos de pensão. Esta dependência se materializa em diversas “postas” de investimentos.

São investimentos, por exemplo, em hidrelétricas como a Usina Belo Monte. Ou em estradas com pedágios como a Linha Amarela, no Rio de Janeiro, aeroportos privatizados, como o de Guarulhos em São Paulo, e metrô como o do Rio de Janeiro. Ou ainda em construção de navios-sonda e plataformas de exploração e prospecção de petróleo, feitos através da empresa Sete Brasil.

Sabemos, por experiência, que os ativos leiloados nas privatizações são, em geral, um péssimo negócio para o povo brasileiro. Mas a Vale, as teles e os aeroportos são negócios rentáveis para os fundos de pensão que adquiriram estes ativos.

Há investimentos, como o da Usina Belo Monte, que não possuem garantias concretas que permitam que o investimento seja realizado com tran-

quilidade. Como é o caso do trem-bala, que ainda não entusiasmou nem os gestores mais “chapa branca”.

O governo precisa utilizar os recursos financeiros advindos da poupança previdenciária dos participantes dos fundos de pensão. Mas deveria oferecer em contrapartida, no mínimo, a garantia do atingimento da meta atuarial dos planos de benefício.

Ainda que entendendo a necessidade de investimentos que o Governo precisa realizar, nos diversos segmentos da economia, é claro que tais facilidades podem gerar oportunidades de ações ilícitas. As investigações da Operação Lava Jato podem indicar, eventualmente, algumas ações que estejam ultrapassando o limite do legal ou do eticamente aceitável por parte de gestores de fundos de pensão, quicá na Petros ou em outros mais.

Portanto, acreditamos que precisamos muito avançar na transparência e no acompanhamento pelos participantes dos investimentos de seus fundos de pensão.

* É conselheiro fiscal da Petros eleito pelos participantes e diretor de comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET).

Referências: Sumário Executivo do Relatório de Controles Internos do 1º Semestre de 2014 do Conselho Fiscal da Petros.e Consolidado Estatístico Abrapp - Junho 2014.

Tabela 2

Empresa	%
BRF - Brasil Foods	8,05
Itausa	4,53
Invepar	4,05
Petrobras	1,40
Norte Energia	1,33
JBS	0,95
TOTVS	0,90
DASA	0,70
BR Propert	0,61
Marcopolo	0,59

Tabela 3

ano	rentabilidade (%)	inflação (%)	Meta atuarial (%)
2002	20,6	12,53	18,53
2003	24,2	9,3	15,3
2004	20,4	7,6	13,6
2005	20,04	5,69	11,69
2006	18,58	3,14	9,14
2007	24,09	4,46	10,46
2008	2,2	5,9	11,9
2009	18,74	4,32	10,32
2010	16,65	5,91	11,91
2011	11,76	6,5	12,5
2012	15,66	5,84	11,34
2013	-0,19	5,91	12,41

Tabela 4

FUNDOS DE PENSÃO	INVESTIMENTO (R\$ mil)	CLASSIFICAÇÃO SETORIAL ANOS-ABSORTOS	ATIVO	DEPENDENTES*	ASSISTIDOS*
1 PREV	171.805.431	1	108.703	250.348	91.792
2 PETROS	87.395.136	2	101.292	318.154	38.990
3 FUNPEC	58.296.471	4	80.43	184.867	28.119
4 FUNDAÇÃO COP	22.878.844	18	76.439	52.639	20.786
5 FUNDAÇÃO SÃO-UMBRÃO	18.988.530	10	41.471	10.468	12.475
6 VALLA	17.215.994	5	79.217	101.114	22.813
7 SOTEL	14.103.842	29	1.868	44.875	24.505
8 PORTUO	12.163.964	37	8.947	34.363	13.395
9 BANGORPEY	11.752.875	18	3.757	21.758	13.933
10 REAL GRANDEZA	11.637.689	16	4.742	20.476	3.908
11 FUNDAÇÃO ATLANTICO	8.989.197	24	14.720	50.780	14.662
12 RAPES	8.511.516	108	3.113	6.831	2.966
13 POSTALCA	8.051.554	3	129.853	378.654	20.970
14 IZENZUS	7.311.861	184	302	310	1.568
15 FUNDAÇÃO COPEL	7.109.914	42	18.081	7.080	7.930
16 PREVIDÊNCIA SOMINAS	6.734.431	15	22.258	82.766	20.140
17 TELCO	5.519.950	55	5.948	24.658	4.754
18 UNIC FUNDOS DE PENSÃO	5.395.905	6	98.595	29.296	8.842
19 FACISOP	5.113.227	53	5.995	15.285	8.118
20 ELETROBR	5.081.272	45	7.013	14.884	8.900

Tabela 5

Período	TMA*	CDI	EFPCs
2005	11,33%	18,00%	18,03%
2006	8,89%	11,04%	23,45%
2007	11,42%	11,81%	25,88%
2008	12,87%	12,18%	-1,62%
2009	10,30%	9,87%	21,50%
2010	12,85%	9,77%	11,38%
2011	12,44%	11,58%	8,80%
2012	12,57%	8,40%	15,37%
2013	11,63%	8,02%	3,78%
2º Tr - 2014	3,03%	2,52%	3,66%
2014	5,60%	4,96%	4,76%
Acomulado	186,42%	184,53%	203,29%
Acomulado anualizado	11,71%	11,64%	11,86%

* TMA = Taxa Máxima Atuarial - de acordo com as premissas utilizadas na Resolução CNPC nº 9 de 29/11/2012.

Tabela 6

I. CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO													(R\$ milhões)			
Discriminação	dez/07	%	dez/08	%	dez/09	%	dez/10	%	dez/11	%	dez/12	%	dez/13	%	jun/14	%
Renda Fixa	248.302	57,0%	271.542	64,8%	291.627	59,3%	321.954	59,8%	349.957	61,0%	396.046	61,7%	386.773	60,4%	417.158	62,5%
Títulos públicos	64.925	14,9%	79.988	19,1%	86.749	17,6%	91.922	17,1%	90.442	15,8%	98.639	15,4%	67.446	10,5%	78.195	11,7%
Créditos Privados e Depósitos	9.223	2,1%	14.079	3,4%	14.862	3,0%	24.211	4,5%	27.508	4,8%	32.619	5,1%	26.672	4,2%	26.680	4,0%
SPE							119	0,0%	193	0,0%	213	0,0%	186	0,0%	187	0,0%
Fundos de investimentos - RF ¹	174.154	40,0%	177.475	42,3%	190.016	38,6%	205.703	38,2%	231.814	40,4%	264.575	41,2%	292.469	45,7%	312.095	46,7%
Renda Variável	160.014	36,7%	117.306	28,0%	163.753	33,3%	174.902	32,5%	172.420	30,1%	183.621	28,6%	185.755	29,0%	179.731	26,9%
Ações	90.451	20,8%	54.381	13,0%	82.800	16,8%	88.251	16,4%	80.407	14,0%	89.404	13,9%	84.213	13,2%	78.697	11,8%
Fundos de investimentos - RV ²	69.563	16,0%	62.925	15,0%	80.952	16,4%	86.651	16,1%	92.013	16,0%	94.217	14,7%	101.542	15,9%	101.034	15,1%
Investimentos Estruturados	ND		ND		ND		10.634	2,0%	13.347	2,3%	17.282	2,7%	19.355	3,0%	21.205	3,2%
Empresas Emergentes							241	0,0%	360	0,1%	359	0,1%	346	0,1%	341	0,1%
Participações							9.466	1,8%	11.875	2,1%	15.016	2,3%	16.819	2,6%	18.541	2,8%
Fundos Imobiliários ³							927	0,2%	1.112	0,2%	1.908	0,3%	2.191	0,3%	2.323	0,3%
Investimentos no Exterior	ND		ND		ND		357	0,1%	339	0,1%	380	0,1%	414	0,1%	374	0,1%
Imóveis	11.510	2,6%	12.915	3,1%	14.652	3,0%	16.197	3,0%	20.685	3,6%	25.811	4,0%	28.988	4,5%	29.261	4,4%
Operações com participantes	9.509	2,2%	10.692	2,6%	11.909	2,4%	13.412	2,5%	14.909	2,6%	16.352	2,5%	17.291	2,7%	18.244	2,7%
Empréstimo a Participantes	7.426	1,7%	8.510	2,0%	9.872	2,0%	11.468	2,1%	12.995	2,2%	14.593	2,3%	15.685	2,4%	16.685	2,5%
Financiamento imobiliário	2.083	0,5%	2.182	0,5%	2.037	0,4%	1.944	0,4%	1.914	0,3%	1.760	0,3%	1.606	0,3%	1.559	0,2%
Outros⁴	6.435	1,5%	6.774	1,6%	10.192	2,1%	960	0,2%	2.072	0,4%	2.233	0,3%	1.752	0,3%	1.889	0,3%
Total	435.770	100%	419.229	100%	492.134	100%	538.417	100%	573.729	100%	641.725	100%	640.328	100%	667.862	100%

Notas: ¹ Inclui Curto Prazo, Referenciado, Renda Fixa, Multimercado, Cambial e FIDC; ² Inclui Ações e Índice de Mercado; ³ Até 2009 consolidado no grupo Imóveis; ⁴ Outros Realizáveis, Derivativos e Outros.

Previdência privada, projeto dos trabalhadores?

Sara Granemann*

a) Da natureza e da criação no Brasil No Brasil, afirma-se, existem duas formas de previdência: a Previdência Social e a Previdência Privada¹. A primeira forma de previdência é pública e, por isto mesmo, adjetivada por social, organiza-se sob dois regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); o último, para a força de trabalho empregada no Estado. Em ambos, o princípio organizador do sistema é o de repartição ou solidariedade: todos os trabalhadores inscritos em cada um dos regimes contribuem e passam a receber a aposentadoria na medida em que superam as exigências e condições para a fruição do direito. O princípio da solidariedade rege a previdência social, pública, por congregar em um único sistema trabalhadores de distintas gerações, no qual os que trabalham no tempo presente proveem os trabalhadores de um tempo pretérito que, por sua vez, já fizeram o mesmo com os que lhes antecederam. O princípio é solidário, também, por recolher sob o mesmo sistema previdenciário diferentes e diversas categorias profissionais que interagem numa perspectiva solidária na constituição de suas aposentadorias e na proteção à velhice ou em casos de incapacitação para o trabalho. A segunda forma de previdência é privada²; apelidada por complementar, organiza-se em entidades fechadas e abertas³. O princípio que a orienta, oposto ao anterior, é o da capi-

talização, que consiste em aplicar as contribuições recolhidas (recursos) em, grosso modo, renda fixa e renda variável⁴.

As duas denominadas formas de previdência possuem origens particulares; a primeira, embora constitua uma enorme poupança responsável pelo financiamento de numerosas obras públicas e privadas em nosso país, expressa, também, as lutas e os interesses dos trabalhadores por direitos sociais; a segunda, no Brasil e em todos os lugares onde existe, relaciona-se diretamente aos imperativos dos capitais na busca por novos recursos para mercadejar. Nestes termos e em diálogo "franco e aberto", porque ao abrigo da ditadura, responder ao demandado pelos capitais implicou criar novos recursos para azeitá-los, dar substância ao mercado de capitais; em torno deste objetivo comum, acordaram os grandes capitalistas e os militares, nos anos de 1976 e 1977⁵. Nos anos da ditadura, debates como estes prescindiram, como é óbvio, da presença das organizações dos trabalhadores, que, podemos especular, não as aceitariam. Os seminários, parecerá a quem leia a revista, tentavam atribuir aparência e caráter democráticos ao novo instrumento econômico surgido com a aprovação da Lei 6.435 de 15 de julho de 1977, nos dias do governo militar do general Ernesto Geisel.

b) previdência privada como não previdência (aberta ou fechada) A Previdência Complementar Fechada⁶ (ou Fundo de Pensão) diz



respeito ao universo "associativo" de uma categoria profissional, por exemplo, bancários, metalúrgicos, petroleiros ou funcionários públicos (caso da FUNPRESP). A forma previdenciária complementar fechada ou aberta, embora se nomeie previdência é uma não-previdência por ser, básica e fundamentalmente, um investimento como qualquer outro dos mercados de capitais e bancário-financeiro. Todavia, os generosos recursos decorrentes da contribuição mensal, vertida ao fundo por longos anos e décadas, ao acumularem-se, realizar-se-ão como ativos no mercado de capitais somente, insisto, se os trabalhadores, seus "proprietários", estiverem convencidos de que tais negócios são mesmo assuntos previdenciários.

A contribuição mensal do trabalhador ao fundo de pensão (previdência privada fechada) ou à previdência privada aberta, ao ser transmutada em recursos investidos em ativos como, por exemplo, títulos da dívida pública mobiliária federal e/ou em ações de companhias abertas, revela: a forma "pre-

vidência privada", como queriam seus formuladores na ditadura, consiste em um excelente instrumento de dinamização dos negócios dos capitais e, consoante aos termos da crítica da economia política, em uma expansão da exploração dos trabalhadores; além da sucção do trabalho não pago, pela via da previdência privada, encontrou-se uma forma excepcional de tornar os trabalhadores agentes/financiadores de sua própria exploração, em nome da previdência.

Após 2001, com a aprovação da Lei Complementar nº109, os planos "previdenciários" são estruturados por Contribuição Definida que, em termos básicos, resume-se: o participante sabe quanto paga, mas não terá segurança do quanto irá receber; claro está, estimativas e cenários são "desenhados" para o participante conjecturar como será tranquila sua aposentadoria se a realidade e a história não teimarem em autonomizar-se dos cálculos. Do contrário, e não raro, ocorrem situações nas quais o que se recebe, depois de anos ou décadas, resul-

ta ser muito menor do que o valor poupado. E aqui não se trata apenas das possibilidades de má gestão, subornos e desvios na gestão da "previdência privada" ou da ausência de "educação previdenciária" dos participantes que não lhes permitem acompanhar e avaliar as melhores escolhas para as aplicações de sua "previdência". Trata-se de lembrar, por exemplo, que em situações de crises a maioria dos mortais pouco pode fazer para dela proteger-se e aos seus "investimentos"⁷. Hipotecar a etapa mais frágil da vida, a velhice, à "saúde" dos mercados, por ser uma operação de risco, é o exato contrário da previdência que, em sua raiz social (para os trabalhadores não trabalharem até a morte) e etimológica, implica prever para proteger. Resulta claro: este investimento denominado "previdência" é um "achado" genial dos mercados; sob outra qualquer denominação que revelasse sua na-

tureza, parece-me, estaria em causa sua capacidade de atrair para si tantos trabalhadores e, especialmente, as suas contribuições.

A adesão a tal mecanismo de "transferência de riqueza" (do trabalho para os capitais) deve ser precedida por um desacreditar constante da eficácia e eficiência da política social previdenciária, pública, fundada no compromisso solidário de muitos, de milhões. As inverossímeis e iminentes crise e derrocada do sistema público de previdência social (o geral e o próprio) foram e o são mil vezes anunciadas e difundidas ao ponto de soarem por verdadeiras, mesmo que sustentados estudos demonstrem cabalmente o contrário⁸.

c) projeto do mundo do trabalho? Por fim, duas razões justificam uma resposta negativa ao acima indagado:

1) Quando os recursos dos trabalhadores reunidos na previdência complementar são aplicados em tí-

tulos públicos haverá menos fundos públicos para fazer políticas sociais e melhorar a condição de vida dos trabalhadores em geral; haverá menos recursos para a saúde, a educação e a previdência públicas porque há que sobrar recursos públicos para pagar os títulos da dívida, os juros dos títulos da dívida, numa palavra, há que "economizar" recursos viabilizadores de direitos sociais para a formação de superávits. O mesmo trabalhador que se insere num fundo de pensão, de um modo mediado e com frequência sem o saber, contribui para que os salários indiretos sejam cada vez mais escassos e rebaixados em qualidade.

2) Quando os recursos dos trabalhadores reunidos na previdência complementar são aplicados em ações, seus gestores deverão buscar aquelas das companhias mais lucrativas presentes no mercado. Uma empresa para ser lucrativa precisa potencializar a fração de trabalho não pago aos trabalhadores. Os trabalhadores

participantes de uma previdência privada tornam-se, por suas contribuições e expectativas de uma aposentadoria maior, "sócios" nos mecanismos de exploração do trabalho: reduções salariais, demissões, terceirizações, aumento de horas trabalhadas, banco de horas e de todos os mecanismos contra os quais lutam em outras instâncias, por exemplo, em suas organizações sindicais. Se no plano da denominada "classe-para-si" tais relações seriam um desastre, pode-se exercitar o que poderia ser o paroxismo de tal prática quando, por hipótese, a previdência complementar de um trabalhador aplicar em ações na mesma empresa em que trabalha e passar-lhe a exigir maior produtividade e lucratividade e até demissões sua e de seus colegas de trabalho e de previdência. Aqui o "não sabem mas o fazem" matiza em tragifarsa o fazer.

* Docente na Escola de Serviço Social da UFRJ. (sgranemann@uol.com.br).

1 Ver em Ministério da Previdência: a) <http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes-previdencia-social/>

b) Anexo I do Decreto Nº 7.078, de 26 de Janeiro de 2010, conforme: Art. 1º O Ministério da Previdência Social, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - previdência social; e II - previdência complementar. <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2010/7078.htm>

2 A Lei Complementar nº 109, de 29 de Maio de 2001, com precisão cirúrgica, elide possíveis dúvidas sobre a natureza das previdências abertas e fechadas: é privada! Leia-se: Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 4º As entidades de previdência complementar são classificadas em fechadas e abertas, conforme definido nesta Lei Complementar (Grifos adicionados).

3 Ainda conforme a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, define-se:

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente: I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. (Grifos adicionados).

4 Resolução do Banco Central nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, "Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar". Consulte-se, especialmente, artigos 17 a 48.

5 Ao abrigo da ditadura militar tais objetivos foram "livremente" difundidos na Revista Visão, veículo de imprensa que registrou seu evoluir. Conferir em: Granemann, S. *Para uma interpretação marxista da previdência privada*. Tese de Doutorado. UFRJ. 2006. Analisa-se no capítulo 3 o debate sobre fundos de pensão, mercado de capitais e mercado financeiro que teve lugar nas páginas daquela revista. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35589

6 Existe também a Previdência Complementar Aberta; consiste em investimentos fictícios de longo prazo e é igualmente insegura para o trabalhador. São investimentos comercializados por seguradoras, bancos e outras instituições financeiras. Diferente da Previdência Complementar Fechada, a aberta não demanda um associativismo dos trabalhadores, basta associar-se individualmente como na compra de qualquer outra mercadoria do mercado financeiro. Esta compra exige "apenas" do comprador da mercadoria a capacidade de depositar o valor contratado todos os meses; na maioria dos contratos, a impossibilidade de realizar o depósito contratado com regularidade mensal provoca perdas significativas ao "poupador".

7 Veja-se um exemplo desta curiosa dificuldade nas fichas de adesão à FUNPRESP: "Declaro estar ciente de que investimentos e aplicações financeiras estão normalmente expostos a riscos de mercado, bem como de que a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Declaro estar ciente de que a Funpresp-Exe é pessoa jurídica de direito privado e que a obrigação da União, suas autarquias e fundações limita-se ao aporte das contribuições contratadas". (Funpresp-EXE, 2013). Item 29 das fichas, no seguinte endereço http://www.funpresp.com.br/campanha/form-insc.php?tpbf=ativ_nor&ptrc=exe Consulta realizada em 07.10.2013.

8 Para uma mais do que suficiente demonstração deste argumento, consultar os estudos da professora do Instituto de Economia da UFRJ Denise Lobato Gentil: A política fiscal e a falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil: análise financeira do período recente in João Sicsú (org.) *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)* SP: Boitempo, 2007.

“Se todos os trabalhadores lutassem por uma previdência pública, eles seriam capazes de defender uma causa coletiva e de ter uma aposentadoria com um valor adequado e digno.”

Professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Lobato Gentil tem passagem pelo Ipea no período de 2008 a 2010 e experiência em órgãos de planejamento e finanças municipais e estaduais. Ela realiza pesquisas na área de macroeconomia com concentração em Finanças Públicas. Doutorou-se em 2006 pelo IE-UFRJ com a tese *A Política Fiscal e a falsa crise do sistema de Seguridade Social no Brasil: Análise financeira do período recente*.

P: Qual é a sua avaliação do papel exercido pelos grandes fundos de pensão privados como Petros e Previ? Esse modelo é positivo para a sociedade brasileira?

R: Tem duas avaliações sobre esse modelo e uma delas não é correta, embora seja a mais popular de todas, que é a avaliação de que esses fundos seriam importantes para o desenvolvimento do país, porque criariam uma poupança necessária para o país ter investimentos. Os fundos de pensão recolheriam uma parcela da renda dos trabalhadores e essas poupanças financiariam o investimento privado, que é absolutamente fundamental para o país crescer. Eu não compartilho dessa visão. Eu acho que os fundos de investimento, e entre eles os fundos de pensão, têm outras alternativas de investimento para essa poupança. Esses fundos encontram um mercado da dívida pública com taxas de juros altas e baixíssimo risco. Não tem como uma ação competir com um título público. **Em países que adotam regime de metas de inflação**

e praticam, por conta desse regime macroeconômico, taxas de juros elevadíssimas, não tem como a poupança financiar o investimento.

P: E a segunda avaliação?

R: O segundo raciocínio é que os fundos privados são erguidos em cima do descrédito da previdência pública. Eles existem porque as pessoas não confiam que receberão uma aposentadoria ou uma pensão digna no futuro. As pessoas desconfiam, em primeiro lugar, da solvência do governo; em segundo lugar, do valor desses benefícios no futuro. Foi construída uma desconfiança a respeito da solvência do sistema previdenciário público, regido pelo INSS e pelo Ministério da Previdência, que é altamente favorável ao sistema bancário privado. Esses fundos existem dentro de bancos privados e são altamente rentáveis para os bancos. Aquela ideia de você ter um espaço que ampara a população simplesmente por você ser um cidadão cai em descré-



to e a ideia que ganha espaço é a de que só o mercado é capaz de salvar os que podem. Os que não podem, paciência. Então quem é capaz, quem conseguiu um bom emprego e consegue fazer uma poupança, esses conseguem poupar, aplicar num fundo, e esse fundo, por sua vez, assegura as expectativas de futuro dessas pessoas. Essa é uma ideia altamente perniciosa, a ideia de construir fundos privados, a previdência não pública.

P: Você está equiparando os fundos de empresas estatais com os fundos oferecidos pelos bancos a todos...

R: Os fundos de uma empresa são fechados para os funcionários e dependem da contribuição destes

funcionários, que é baseada nos salários que eles recebem. Então não são para todos os trabalhadores; são de trabalhadores com salários mais elevados dessas empresas. Há uma desvalorização de uma construção coletiva de proteção social. O estímulo à construção desses fundos causa esse prejuízo. Porque se todos os trabalhadores lutassem por uma previdência pública, todos seriam protegidos. Todos seriam capazes de defender uma causa coletiva e de ter uma aposentadoria no futuro que tivesse um valor adequado e digno. Mas você vê que essa ideologia é tão forte que as pessoas dizem ‘ah, isso não existe’, e como não existe, caem para os fundos fechados. Isso é altamente reacionário e ortodo-

xo, fugir das causas coletivas mais sublimes à classe trabalhadora. **Alguns trabalhadores não podem construir essa poupança e, portanto, se não tiverem o apoio coletivo da classe a que pertencem, vão estar desprotegidos no futuro. Ao mesmo tempo, esses que podem pagar uma contribuição maior e poderiam defender benefícios futuros mais elevados saem da luta, porque constroem uma alternativa de vida para eles, que é individual ou no máximo de categoria. Então você reproduz no futuro a mesma desigualdade salarial do presente.**

É como se você dissesse: na saúde nós temos o SUS, que atende a todos. Mas aqueles que quiserem uma saúde melhor têm que pagar planos de saúde privados. Se todos os trabalhadores pagarem planos privados de saúde, o SUS vai degradingolar, quem vai defender o SUS? Esse é o ponto: a saúde pública existe para amparar todos os cidadãos, de qualquer classe. A previdência não, ela depende de contribuições, a não ser a previdência rural. Mas repare: se todos correm para a previdência privada ou de categoria, a previdência pública vai naufragar. As pessoas acham que esses fundos vão ampará-las no futuro e não vão defender uma causa coletiva de proteção a todos. E o que é pior: isso é justificado em termos econômicos como algo necessário para financiar o investimento. No caso do Brasil, não vai financiar investimento coisa nenhuma, se você tem que disputar com uma taxa de juros altíssima.

P: O que você propõe na situação atual? É possível fazer uma transição para um sistema de previdência pública que contemple todos os trabalhadores brasileiros?

R: Não é possível, porque o governo atual só desvaloriza esses benefícios públicos. Agora em janeiro, os trabalhadores sofreram um baque com a maior dificuldade em acessar certos direitos. Mudou o cálculo do seguro-desemprego e da pensão do sistema público. Mudaram também a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença e a pensão por morte, que são benefícios previdenciários, além do auxílio-reclusão.

A previdência pública sofreu um baque de arrecadação porque o governo desonerou a receita de

muitos setores. Como a despesa só tende a subir, pode ser que um dia tenhamos um déficit. Nunca houve déficit, mas talvez um dia venha a ter, se o governo continuar com essa política de estimular o investimento privado com a redução do custo do trabalho. Se a receita cai e a despesa sobe, o que você vai receber no final?

P: Então não há um rombo na Previdencial Social hoje, como a grande imprensa divulga amplamente?

R: Hoje não há um rombo. Eu

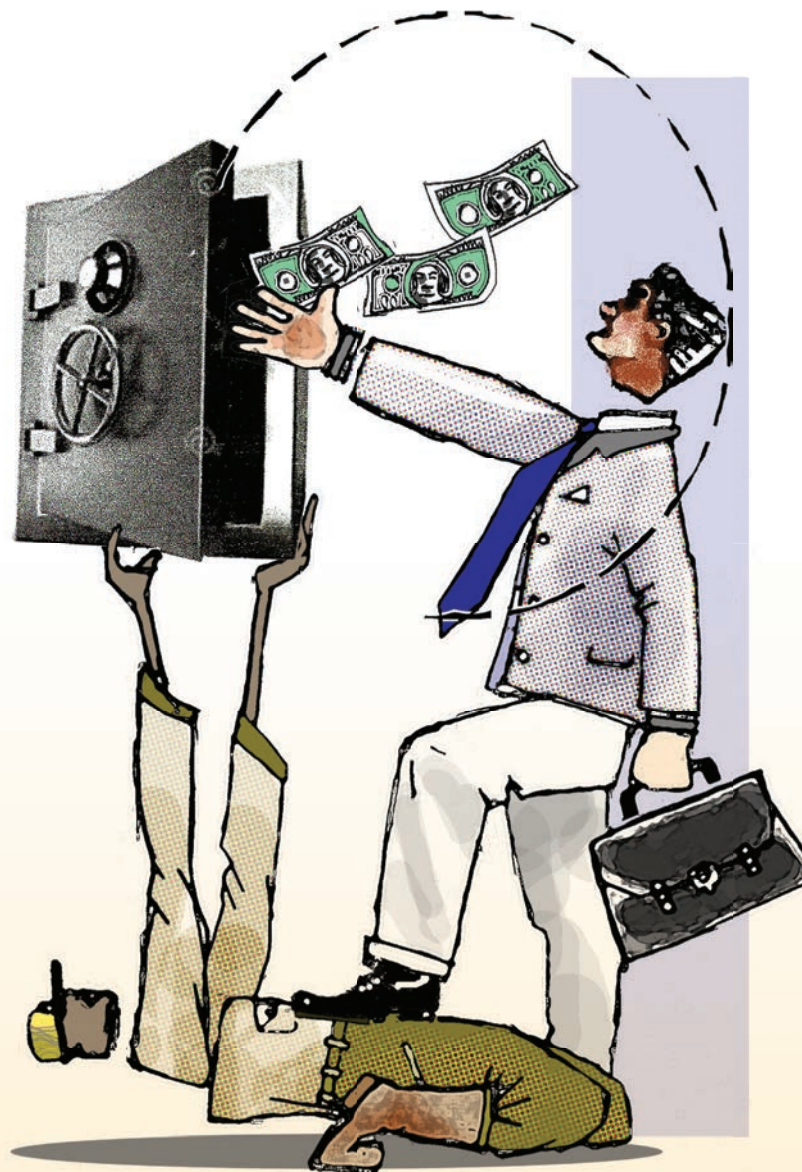
venho acompanhando isso há muito tempo. O rombo não existe nos cálculos que eu faço. Em 2013 o resultado da seguridade social, que é o guarda-chuva da proteção social brasileira, foi superavitário em R\$ 67,6 bilhões, pelos meus cálculos. Para a Anfip, que é a associação dos fiscais da Receita Federal, o superávit em 2013 foi de R\$ 76 bilhões.

P: Então como se chega a esse suposto déficit tão propalado?

R: O governo, do lado das receitas, considera apenas uma fonte de arrecadação da seguridade social: a arrecadação previdenciária, que incide sobre a folha. Do lado da despesa, considera todas as despesas com benefícios previdenciários, pensão, aposentadoria, todos os auxílios. Quando você calcula o sistema urbano, ele é superavitário, e o sistema rural é deficitário. E o superávit do sistema urbano não cobre o déficit do sistema rural. Só que esse cálculo é tirado do bolso para mostrar que o sistema público, com eu falei anteriormente, é um sistema deficitário, que tende ao fracasso e ao colapso. Mas a Constituição Federal, nos artigos 194 e 195, estabelece que o sistema de proteção social é amparado por um conjunto de receitas, e não por apenas uma fonte. Há arrecadações que incidem sobre o lucro e o faturamento. O déficit é uma fábula.

P: Quais são essas outras fontes?

R: A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que incide sobre o lucro, como o nome diz; a Cofins, que é a Contribuição do Financiamento da Seguridade Social, que incide sobre o faturamento -- hoje em dia uma parte da Cofins incide até sobre o valor adicionado --; o PIS/Pasep e outras contribui-



ções, como a Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos, que é a receita das loterias. A Cofins tem uma arrecadação fantástica e ela vem para financiar a seguridade social, que abrange toda a área de saúde do SUS e toda a área de previdência de assistência social. Esse sistema foi criado assim. Mas as pessoas querem olhar só a perna da previdência para delatar um déficit que não existe, porque a previdência é financiada por outras fontes. Está na Constituição Federal.

P: Como o modelo de previdência brasileiro se compara ao de outros países?

R: Com essa crise o sistema europeu foi se deteriorando também, e a gente perdeu muito chão mundialmente. Todas as conquistas dos anos 50 e 60 foram sendo carcomidas pela crise de 2007. Mas o sistema francês e o alemão ainda são muito bons. Eles têm uma cobertura que envolve também os setores de educação, alimentação e habitação. O nosso sistema envolve só previdência, saúde e assistência social. Ele é muito limitado, mas o que temos ainda é melhor do que em qualquer outro país da América Latina. O SUS é fantástico.

Nós temos a previdência rural, que não exige carência de contribuição para receber. Para o trabalhador rural ter direito ao benefício, basta que ele expressamente prove que trabalhou por um determinado período. A gente deve lutar para que essa previdência assegurada para a área rural também seja assegurada para a área urbana. Grande parte da pobreza do país não está mais na área rural, mas sim na área urbana. Seria preciso fortalecer o sistema público, para que todos os trabalhadores fossem amparados na velhice, não ape-

nas aqueles que tiveram emprego formal e puderam contribuir. Isso é o ideal, que nós pudéssemos nos juntar para que todos os brasileiros pudessem ter aposentadorias no futuro, independentemente da contribuição. Bastaria provar que você trabalhou. Se trabalhou, você contribuiu, porque indiretamente você pagou vários outros impostos. Pode não ter pago a contribuição para a previdência especificamente porque não era um trabalhador formal, mas ao comprar um quilo de arroz você pagou ICMS, IPI. Você contribuiu para o Estado brasileiro. Por que não teria direito a uma aposentadoria?

P: A previdência pública tem um teto que é muito inferior ao que recebe parte dos trabalhadores. É viável elevar esse teto?

R: Claro que é. A previdência tem um superávit. É viável elevar esse teto para assegurar a defesa pelo trabalhador bem remunerado do sistema público. Eu não digo que ele iria receber o que ganhava. Evidentemente, ele teria que complementar isso com alguma poupança privada. Mas ele será estimulado a lutar por esse sistema se grande parte da renda que ele irá receber no futuro vier daí.

Na previdência pública, você contribui hoje e o valor da sua contribuição paga os aposentados de hoje. A aposentadoria ou pensão que você receberá no futuro vai depender dos funcionários públicos ativos na época em que você se aposentar. Há um cálculo para definir o valor do benefício, mas não significa que quem está pagando isso é você. O regime é de repartição, é solidário, em que os ativos contribuem para o benefício dos inativos. Os saudáveis

contribuem para aqueles que estão doentes ou desempregados hoje. É um sistema de solidariedade.

No sistema privado, você tem uma conta individual, na qual você deposita. O banco vai aplicar, vai render juros e dividendos e no final isso é submetido a um cálculo e essa renda é o que você vai receber. Agora cuidado, porque no caminho o seu dinheiro está sujeito a tempestades e trovoadas, porque muitos bancos enfrentam crises que fazem com que esse dinheiro muitas vezes desapareça e as pessoas sejam submetidas a um retorno no final que é irrisório. O risco das aplicações no sistema privado é altíssimo, e o que se paga de taxa de administração desses fundos chega a ser 35% do valor aplicado, o que não acontece no sistema público, onde você tem risco zero, porque o Estado nunca falha. Eu nunca conheci um aposentado que dissesse que não recebeu a sua aposentadoria naquele mês. O que a gente vê é o pessoal brigando para corrigir o valor das aposentadorias.

P: Qual é a política que você sugere para o Estado brasileiro em relação aos fundos privados em operação?

R: Eu não daria a eles nenhum privilégio porque eles não dão nenhum retorno à sociedade. O retorno é individual ou para as categorias. Uma política que nos transformasse em uma sociedade de patamar civilizatório mais elevado seria uma política que buscasse a proteção coletiva, que só é conseguida com a contribuição solidária de todos os cidadãos. Aí você teria uma queda de pobreza acentuada entre os trabalhadores e a ausência de privilégios. Mas isso é uma sociedade do futuro, eu es-

pero, onde os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais. Não sei porque o governo estimula tanto os fundos de pensão privados, quando é a aposentadoria pública que garante uma vida digna para os brasileiros.

P: Como ficou a aposentadoria dos servidores públicos federais?

R: Os bancos receberam um presente. A partir de agora, o funcionário público vai receber o valor pago pelo INSS, o teto, e se quiser receber mais vai ter que ir para um fundo de previdência, o FUNPRESP, construído com recursos dos funcionários públicos, mas administrado de forma privada, com as mesmas regras de todos os fundos. Funciona parte em sistema de repartição e parte em sistema de capitalização. Houve uma resistência enorme à criação desse fundo, e a contribuição para ele é facultativa. Eu quero ver quantos funcionários vão optar por esse fundo. Os bancos conseguiram capturar essa renda dos servidores públicos, que são estáveis, de alto patamar de renda. Eles vão se apropriar desses recursos. Nunca vi uma reserva de mercado mais maravilhosa do que essa. Os bancos estavam tentando isso há muito tempo, e nós resistimos. E agora, no governo Dilma, isso passou. Um trabalhador comum a qualquer momento pode ficar desempregado, e aí ele para de contribuir para o fundo. Só contibui de novo quando voltar a ter uma renda. Mas os funcionários públicos não, eles são estáveis, vão contribuir para sempre, e têm uma renda altíssima. Vai ser uma quantidade de recursos enorme. É muito dinheiro que saiu da previdência pública e foi para as mãos do setor privado.

O JE dá prosseguimento à publicação de resumos dos textos vencedores do 24º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Leandro Dias Daumas, graduado pela UFRJ, foi o quarto colocado no concurso.

Análise da evolução do ensino superior no Brasil entre os anos 1999 e 2009

Leandro Dias Daumas*

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais elementos para a constituição de uma forte e sólida base, necessária para o crescimento econômico de uma nação. Influencia diretamente, sobretudo de forma qualitativa, na produção de bens e serviços de um país, atributo necessário tanto para a garantia do bem-estar da população quanto para o desenvolvimento de uma forte economia competitiva no cenário internacional. Por conta dessa relevância, os profissionais e especialistas dedicados ao setor no Brasil recorrentemente, discutiram ao longo do século XX, a relação distante entre as instituições de ensino superior e a população brasileira como um todo.

No Brasil, desde os anos 1950 até o final da década de 1990, a iniciativa privada aumentou consideravelmente sua participação no ensino superior, liderando a expansão do setor no país, por conta de alterações legislativas sancionadas no período, que favoreceram tal crescimento. Em contrapartida, o Estado limitou os gastos públicos destinados a esse setor por conta de dívidas externas ocasionadas por crises internacionais. No final dos anos 1980, em especial, eventos como as orientações de órgãos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a criação de uma nova constituição brasi-

leira impactaram de forma relevante nas políticas governamentais estabelecidas nos anos vindouros, que acentuariam ainda mais a presença do setor privado no ensino superior.

Convém ressaltar que o desafio de expansão do ensino superior não consistia somente numa questão meramente quantitativa, isto é, não se tratava apenas de haver “poucas instituições para muitos alunos”. Os custos financeiros para o aluno se manter numa universidade privada, por exemplo, eram altíssimos para um cidadão de renda mediana, o que dificultava não só o acesso mas também a permanência num curso de ensino superior. Outrossim, com a crescimento do setor, tornou-se necessário um aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação e fiscalização do ensino superior, com o intuito de manter a qualidade do serviço. Por conseguinte, as medidas implementadas durante a década de 1990 iniciaram, ainda que de forma débil, um combate aos obstáculos acima detalhados e serviram de referência para outras ações governamentais no decênio seguinte, que, por sua vez, obtiveram maior eficácia em seus propósitos.

Levando em conta os aspectos supracitados, a monografia teve como finalidade avaliar a evolução do ensino superior brasileiro entre os anos de 1999 e 2009, período no qual o país teve dois governantes distintos no poder, os presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC), até 2002, e Luís Inácio Lula da Silva (Lula), a partir

de 2003. Tal averiguação se fez de forma descritiva e analítica. Descritiva no sentido de avaliar historicamente as principais medidas tomadas pelos governos brasileiros nas últimas duas décadas, principalmente os dez anos em pauta. Analítica por buscar avaliar a evolução do ensino superior do Brasil a partir de duas bases de dados de alto grau de relevância: a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os Microdados do Censo do Ensino Superior, elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

O primeiro capítulo apresenta a evolução do ensino superior brasileiro do ponto de vista histórico e político, abordando as decisões tomadas pelas autoridades governamentais que se estabeleceram no poder ao longo dessas duas últimas décadas que se passaram. Claramente, através da leitura pode-se notar que houve num primeiro momento, ainda no primeiro governo de FHC, a criação de um cenário ainda mais propício para o aumento da participação do setor privado no ensino superior, com a vigoração em 1996 da Lei Nº 9.396, a chamada Lei de Diretrizes e Bases, que concedeu maior autonomia às Instituições de Ensino Superior (IES) em termos de orçamento e de criação de cursos. Num segundo momento, ocorreu uma mudança no papel do Estado que se deu a partir de meados do primeiro



governo de Lula, no qual há uma retomada dos investimentos públicos no ensino superior através da construção de universidades federais no interior e, posteriormente, da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Outro ponto interessante a se destacar do capítulo diz respeito ao aprimoramento dos meios de financiamento, no caso os surgimentos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em 1999, e do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005, e de avaliação do setor, com o estabelecimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) em 2004, juntamente com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), fora as metas estabelecidas para o ensino superior através do Plano Nacional da Educação (PNE), previsto anteriormente pela LDB, e do

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), ao longo do período.

No segundo capítulo são apresentados os métodos quantitativos escolhidos, que foram aplicados em dados selecionados com o intuito de compreender a evolução do ensino superior brasileiro através dos números registrados pela PNAD e pelo INEP. Usar a primeira fonte de dados permite uma visão do ensino superior pela ótica da demanda enquanto que a segunda fornece o cenário do ponto de vista de oferta desse serviço. Logo, duas matrizes de dados surgiram a partir de cada base, uma referente ao ano de 1999 e outra ao ano de 2009. Além de estatísticas descritivas -- tais como média, mínimo, máximo, mediana, desvio-padrão e correlação --, são utilizadas a Análise de Grupamento (AG) e a Análise de Componentes Principais (ACP) em todas as matrizes de dados.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos com os procedimentos estatísticos adotados, conforme expostos no capítulo anterior, fazendo uma análise comparativa a partir da concatenação dos fatos registrados no primeiro capítulo com os resultados obtidos a partir dos dados demonstrados no segundo capítulo, buscando entender como se concretizou a nova expansão do ensino superior no país tanto a nível nacional como a nível estadual.

Dentre os principais resultados, podem-se destacar dois de suma relevância: o aumento de vagas ociosas no ensino superior, a despeito de um aumento considerável da quantidade de vagas no Brasil em geral, e a fraca presença da iniciativa privada no ensino superior de estados cuja participação no PIB nacional encontra-se abaixo da média durante o período.

Além disso, constatou-se que o governo não conseguiu atingir uma das principais metas do PNE, que

consistia em incluir 30% da população entre 18 e 24 anos no ensino superior até 2010. Segundo dados da PNAD, 14,4% dessa população estavam inscritos em algum curso de ensino superior em 2009. Cabe também mencionar que a proporção de alunos por professor aumentou de 12 para 18 em dez anos, embora a parcela de professores com doutorado tenha crescido em relação ao total de docentes no mesmo período, e apesar do aumento relativo da população com dez anos de estudo e rendimento de até dez salários mínimos, provável fruto de iniciativas como o FIES e o ProUni.

Abordando os resultados do pon-

to de vista das UFs, nota-se a permanência de uma disparidade entre os eixos "Sul-Sudeste-DF" e "Norte-Nordeste", refletindo o diferencial econômico já existente, embora alguns estados tenham obtido um desempenho fora da curva em ensino superior, tornando-se exceções à regra. A Tabela 1 a seguir apresenta os principais resultados obtidos:

Por fim, ante os resultados apresentados, pôde-se concluir que, futuramente, o objeto central de discussão das autoridades brasileiras será a qualidade do ensino superior em si, seja público ou particular, e não a quantidade, tendo em vista o crescente número de vagas ociosas.

Ademais, a análise de dados realizada não foi capaz de captar de forma expressiva os efeitos ocasionados pelos eventos que ocorreram ao final do período-base, tais como o REUNI e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além do advento do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), do "novo ENEM" e das demais ações de expansão do ensino superior público.

Orientador: Professor Doutor João Felipe Cury Marinho Mathias.
Co-orientadora: Professora Doutora Lucia Silva Kubrusly.

* É bacharel em Ciências Econômicas, formado no IE/UFRJ.

Tabela 1

Método Utilizado	Principais Resultados	
	INEP	PNAD
Estatísticas Descritivas	Crescimento geral do setor liderado por IES privadas, que aumentaram participação, de 69,9% para 87,6% do total.	Parcela de população com mais de 10 anos de estudo com até 10 salários mínimos por mês cresceu, de 23,8% para 39,5%.
	Aumento de cursos noturnos em termos absolutos, porém não em termos relativos.	Parcela de estudantes do ensino superior com mais de 25 anos decresceu apenas 0,5%, de 49,6% para 49,1%, em relação ao total de estudantes.
	Parcela de docentes doutores tornou-se maior em relação ao total de docentes no país, dobrando de 10,8% para 20,5%.	
	Percentual de vagas ociosas ascendeu, de 31,6% para 35,4%.	População entre 18 e 24 anos com ensino superior em curso aumentou de 5,9% para 14,4%, todavia aquém dos 30,0% da meta do PNE.
	Em 1999: Correlação positiva forte entre grau de privatização e parcela de vagas ociosas.	
	Em 2009: Correlação negativa entre a quantidade relativa de docentes com doutorado e a parcela de vagas ociosas.	
Análise de Grupamento	Em 2009: RR, TO e AL destoaram das demais UF por baixa parcela de IES privadas e forte participação de Ensino à Distância.	Contraste entre "Sul-Sudeste-DF" e "Norte-Nordeste" permaneceu entre 1999 e 2009
		Grupo da análise formado por UF de Norte e Nordeste com pop. relativa acima de 25 anos superior a dos demais estados.
Análise de Componentes Principais	UF com maior % do PIB nacional tem mais % de docentes com doutorado e mais % de vagas ociosas.	Em dez anos: Avanço relativo de SC, PR, RN e PI
		Em dez anos: Atraso relativo de AC, PA, RO e AL
	UF com menor % do PIB nacional tem menor grau de privatização.	Assim como na AG: Contraste entre "Sul-Sudeste-DF" e "Norte-Nordeste" permaneceu entre 1999 e 2009

Fonte: Elaboração própria

Linha de produção não rima com educação

“Nós não precisamos de nenhuma educação
Nós não precisamos de nenhum controle de pensamento
Nenhum humor negro na sala de aula
Professores, deixem as crianças em paz
Ei! Professor! Deixe nós crianças em paz!
Contudo, você é apenas outro tijolo no muro
Contudo, você é apenas outro tijolo no muro”
(*versão parcial de Another Brick In
The Wall, part I, Pink Floyd – 1979*)

Em 2012, o Fórum Popular do Orçamento (FPO/RJ), o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca/RJ) e o Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social/UERJ (GOPSS) iniciaram uma pesquisa com o intuito de avaliar o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) na cidade do Rio de Janeiro e suas políticas públicas.

A criação do OCA remonta ao ano de 2005 e foi uma iniciativa da Fundação Abrinq, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Alguns de seus objetivos são: promover vidas saudáveis e combater o HIV/Aids; acesso à educação de qualidade; proteção contra maus tratos, violência e exploração sexual. Para isso, foi elaborada uma metodologia constituída por um levantamento do conjunto de ações e despesas do orçamento público destinado à proteção e desenvolvimento da criança capaz de demonstrar de forma objetiva os recursos destinados em seu favor. O OCA, que abrange a faixa etária entre zero e 18 anos, é subdividido em três áreas de atuação: assistência social/direitos da cidadania, saúde e educação.

Como os gastos públicos não são destinados a uma faixa etária especí-

fica, para que estes possam ser mensurados apropriadamente no OCA há uma classificação entre *orçamento exclusivo*, que são ações implementadas integralmente para a atenção às crianças e aos adolescentes, e *orçamento não exclusivo*, que são ações destinadas a toda a população. O não exclusivo é calculado a partir do percentual do total de crianças e adolescentes em relação ao total da população. A soma das duas classificações de ações é o OCA.

Na pesquisa feita há dois anos, foram selecionadas algumas ações consideradas prioritárias, em cada área supracitada, pelos conselheiros tutelares e de direito: o aumento de vagas em creches, Escolas do Amanhã, leitos infantis e enfrentamento ao crack e outras drogas, que serão analisadas.

A atualização e a avaliação das políticas públicas selecionadas e do OCA são os objetivos da série de três artigos que publicaremos neste espaço. O primeiro é na área da educação, abordado nessa edição, em seguida a saúde e finalizaremos com assistência social e OCA.

Educação

As duas ações escolhidas na área educacional, Vagas na Educação Infantil e Escolas do Amanhã, estão em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE)

2011-2020¹, pois tanto a universalização quanto a elevação da qualidade do ensino público são desafios brasileiros e cariocas.

O período abrangido vai do ano de 2005 a 2014, variando de acordo com a disponibilidade dos dados. Todos os dados estão em valores correntes.

Há vagas para todas as crianças?

A prefeitura carioca optou pela construção dos chamados EDIs, Espaços de Desenvolvimento Infantil, cujo objetivo é integrar a educação infantil, que engloba as crianças de 6 meses a 3 anos (creche) e de 4 a 5 anos (pré-escola), num mesmo espaço. Este modelo tem como resultados esperados a adoção do padrão de turno único de ensino e melhoria na qualidade do ensino.

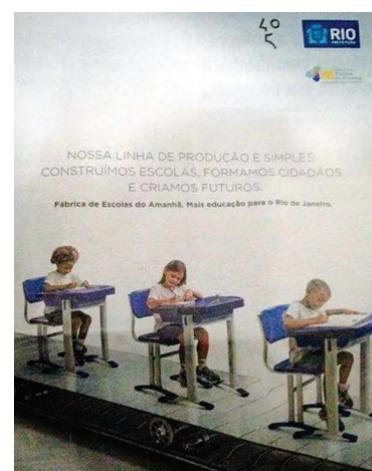
A Tabela 1 mostra a evolução da despesa orçamentária e das matrículas ofertadas.

Embora de maneira inconsistente, o incremento no gasto é refletido no aumento do número de unidades em educação infantil (creches e EDIs): de 262 unidades em 2010 para 504 em 2014, sendo 201 EDIs, o que representou uma elevação no número de matrículas em 32,4% da rede pública.

Em 2013 ocorre a reedição do Programa Fábrica de Escolas³ com o intuito de acelerar as construções e adaptações, pois a meta governamental é a criação de 60 mil vagas entre 2009 e 2016.

De fato, a taxa média de 7,3% a.a. de crescimento das matrículas entre 2010 e 2014 é insuficiente para o atingimento da meta, dado que neste ritmo seriam criadas apenas 20 mil vagas das 28 mil faltantes.

Outro dado relevante é que, se-



Peça publicitária da prefeitura carioca, amplamente divulgada em dezembro de 2014.

gundo a projeção do IBGE e Inep, em 2014 o número de crianças fora das redes pública e privada atingiu 202.860, cerca de 45% das crianças.

Escolas do Amanhã

Longe de ter uma educação pública de qualidade, a opção do Rio de Janeiro para enfrentar essa questão é, dentre outros, o programa Escolas do Amanhã, cujos objetivos centrais são: redução da evasão escolar e melhoria na aprendizagem. Para tanto, o programa visa implantar a educação integral com atividades extracurriculares no contraturno, ou seja, além do horário de aula.

Entretanto, não é um programa universalista e sim focado nas escolas de histórico com alto índice de evasão, crianças não alfabetizadas, defasagem idade-série, e consequentemente, um desempenho acadêmico abaixo da média da Rede Escolar. Além destes indicadores educacionais, as escolas-alvo são as localizadas em áreas com altos índices de violência ou ocupadas por forças de segurança. Atualmente são 152 escolas do ensino fundamental, cerca de 10,7% do total de escolas da Rede.

Após cinco anos, a Escola do Amanhã tem reduzido a evasão e melhorado o desempenho escolar, vis-à-vis a sua despesa orçamentária? É a questão a ser analisada.

Evasão escolar

Os dois primeiros anos do programa conseguiram reduzir a evasão em 40,7%, porém nos anos posteriores há uma preocupante reversão da taxa, que sobe 17,8%. O gráfico 1 é elucidativo.

Desempenho

O indicador utilizado para medir as melhorias do ensino e a qualidade de educação no Brasil é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em dois momentos pode-se aferir os rendimentos dos alunos: no ano inicial, 5º ano, e final, 9º ano. Apesar dos padrões de qualidade do ensino estarem aquém do necessário, o município do Rio vem cumprindo as metas estabelecidas pelo Ideb para os anos iniciais, já para os anos finais não. Especificamente as Escolas do Amanhã acompanham o desempenho da rede, mas mantendo-se num patamar inferior.

Os gráficos 2 e 3 apresentam a diferenciação entre a Escola do Amanhã e a Rede Municipal.

O gasto e a previsão da Escola do Amanhã

Não é possível notar uma correlação entre as despesas praticadas e a evolução dos objetivos esperados no programa. Embora seja crescente a partir de 2011, com uma estabilização em 2013 e 2014 (estimado pelo realizado até setembro), nota-se uma significativa redução para 2015. O gráfico 4 apresenta os números.

Tabela 1

	2010	2011	2012	2013	Set / 2014 ¹
Gasto com a Ação	31.768.669,80	120.529.708,37	99.380.913,26	41.507.537,60	140.754.182,00
Nº de matrículas	99.806	110.536	117.445	121.882	132.110
Gasto p/ aluno	318,00	1.090,00	846,00	340,00	1.065,00

Fonte: Prestação de Contas de 2010 a 2013; LOA de 2014; Audiência Pública da Educação na CMRJ e Inep

Considerações finais

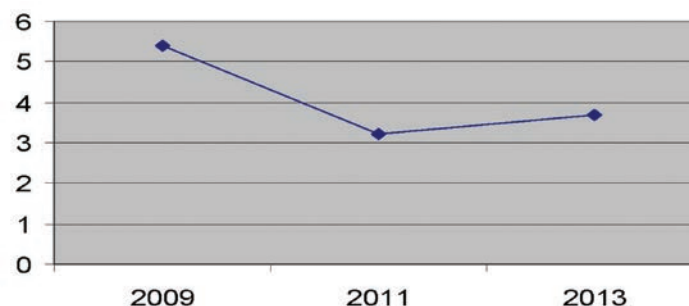
A educação de qualidade e de acesso universal é fator essencial para a redução das desigualdades de todos os tipos na sociedade brasileira e para o desenvolvimento social pleno. As duas ações governamentais apontadas pelos conselheiros envolvidos com a questão da infância e juventude estão condizentes com essa estratégia, seja por seu conteúdo, seja por seus objetivos. Porém, os números apresentados nos levam a concluir que não ocorreu diminuição da diferenciação entre as camadas que compõem a cidade do Rio de Janeiro através da educação pública. O avanço, a ser comprovado nos próximos anos, está no seu estancamento.

1 Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=2294&page=7. Acesso em 25 nov. 2014.

2 Em 2014 a ação OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL é alterada e passa a ser um Programa e a ação para CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL. A dotação inicial (prevista) é de R\$ 96 milhões, mas em setembro já tinham sido realizados mais de R\$140 milhões.

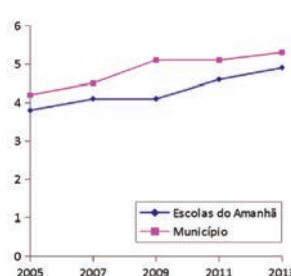
3 Inspirado no programa educacional do governo Brizola (1983-87). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=125527>, acesso em 29 de nov. de 2014.

GRÁFICO 1: Evasão escolar



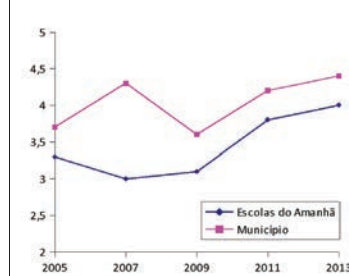
Fonte: página virtual da Secretaria Municipal de Educação, acessada em dezembro de 2014.

GRÁFICO 2: Ideb 5º ano



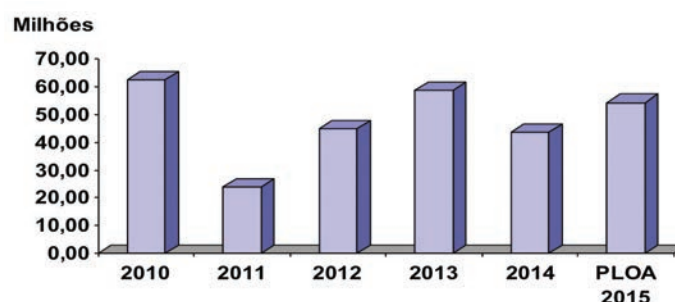
Fonte: página virtual do Ideb acessada em dezembro de 2014.

GRÁFICO 3: Ideb 9º ano



Fonte: página virtual do Ideb acessada em dezembro de 2014.

GRÁFICO 4: Gasto e previsão da Escola do Amanhã



Fonte: Prestação de Contas de 2010 a 2013; LOA de 2014; Audiência Pública da Educação na CMRJ e PLOA de 2015.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120)

Coordenação: Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Camila Bockhorny, Est. Karina Melo e Est. Mariana Vantine.

Esta matéria contou com a colaboração dos seguintes assessores parlamentares: João Tapioca (Gab. Ver. Paulo Pinheiro), Pâmela Matos (Gab. Ver. Reimont) e Talita Araujo (Gab. Ver. Renato Cinco).

Novos Keynesianos



Maria Isabel Busato
e Fabio N. P. de Freitas*

O enfoque Novo-Keynesiano (*NK*) surge em fins dos anos 1970 e início dos 1980, como uma “alternativa” à teoria macroeconômica novo-clássica e é parte do dissenso surgido no *mainstream* a partir da crítica novo-clássica aos modelos macroeconômicos dos anos 1950 e 1960¹. Os *NK* propõem uma explicação alternativa para as flutuações de curto prazo no produto e no emprego, adotando parte do arsenal teórico da escola novo-clássica, tais como a necessidade metodológica de modelos microfundamentados; e a ampla aceitação da Hipótese das Expectativas Racionais (HER). O desconforto dos *NK* com relação aos novos-clássicos está relacionado à hipótese de *market clearing*, à incapacidade desses últimos em explicar as flutuações mais persistentes no produto e no emprego e à falta de uma explicação para a persistência do desemprego observado no mundo real.

Os autores pertencentes à abordagem *NK* discordam acerca de questões específicas, mas a grande maioria deles parte da crítica teórica e da negação, ao menos parcial, da solução novo-clássica. Concordam quanto à necessidade de introduzir fundamentos microeconômicos, porém recusam a ideia novo-clássica de interpretar a realidade econômica a partir da ideia de mercados que se ajustam perfeitamente frente a situações de desequilíbrio com base num sistema de preços plenamente flexível. No seu lugar propõem interpretar o funciona-

mento da economia com base na noção de ajustamento imperfeito dos mercados por conta da presença de diversas formas de rigidez de preços em condições de concorrência imperfeita. Vale notar que o ajustamento imperfeito também pode ocorrer no regime de concorrência perfeita tendo em vista, por exemplo, a presença de custos de ajuste de preços que superam o seu benefício.

Mankiw & Romer (1989) definem o plano de pesquisa da teoria novo-keynesiana como aquele que visa a responder duas questões centrais: i) as flutuações em variáveis nominais poderiam afetar variáveis reais como o produto real e o emprego? Isto é, a moeda é não-neutra?; ii) as imperfeições de mercado são importantes para entender as flutuações econômicas?

Por ora podemos adiantar que a teoria novo-keynesiana oferece uma resposta positiva para as duas questões. De fato, a primeira afirmativa decorre da segunda, e este é o foco da teoria *NK*. Conforme Gordon (1990), a literatura novo-keynesiana busca “rigorosos e convincentes modelos de rigidez de salários e/ou preços baseados no comportamento racional e maximizador”, de modo que choques monetários não seriam absorvidos integralmente via preços flexíveis. Logo, os autores *NK* assumem que as imperfeições no ajustamento dos mercados possibilitariam a existência de desvios do produto real em relação ao seu nível potencial e de desemprego involuntário como resultado de choques monetários. Sendo assim, a moeda poderia ser não neutra no curto prazo. Contudo, no longo prazo, decorrido o tempo suficiente, o

lento ajustamento de preços e salários² produziria uma tendência ao equilíbrio caracterizado pela neutralidade da moeda.

Para tais teóricos existe um tempo necessário, maior do que aquele previsto pelos monetaristas e pelos novos-clássicos, para que os preços e os salários se ajustem. A rigidez nominal de preços, combinada à rigidez real, seria relevante para explicar a quebra da dicotomia clássica, abrindo espaço para que a política econômica tenha eficácia em afetar as variáveis reais da economia. Já a rigidez real salarial é mais relevante para explicar a existência de uma taxa de desemprego persistente.

Uma questão central para esta escola é justificar o impacto agregado das imperfeições e da rigidez, sugerindo, para tanto, uma multiplicidade de explicações para a rigidez de preços e salários e para suas consequências macroeconômicas. A rigidez nominal ocorre se algo impede que alguns preços respondam prontamente a alterações na demanda. Segundo Snowdon & Vane (2005), a primeira safra de modelos de rigidez nominal enfatizou o papel da rigidez nominal de salários, com contribuições importantes de Stanley Fisher, Edmond Phelps e John Taylor. Os autores argumentam que a presença de contratos salariais de longo prazo seria suficiente para justificar a existência de impactos reais resultantes de choques monetários. Partindo de uma situação inicial de equilíbrio sobre uma curva de oferta agregada vertical, um aumento na demanda agregada considerando preços flexíveis e salários regidos por contratos leva ao aumento do preço relativo da fir-

ma em relação ao custo salarial e o produto real aumenta. Se os salários e preços fossem flexíveis, o ajuste ocorreria sem alteração dos preços relativos e do salário real, e o produto não se moveria.

Entre os modelos que enfatizam a rigidez nominal de preços no mercado de bens, ao nível da firma, podemos destacar (Akerlof e Yellen, 1985): (i) o modelo de custos de menu (*menu costs*), que supõe a existência de custos de ajustamento na remarcação de preços. Diante de, por exemplo, um choque de demanda negativo, a firma somente reduz seu preço se a variação na receita decorrente da redução do preço for superior ao custo de ajustamento, ou seja, a firma remarca se a receita marginal de remarcar superar o custo marginal de ajustamento. Se os salários nominais são rígidos por contratos e se mantêm nominalmente rígidos, o comportamento da curva de custo marginal será viscoso, reforçando o impacto dos custos de menu; e (ii) o modelo de comportamento quase-racional (*near rationality*), segundo o qual as firmas apresentariam um comportamento inercial na remarcação de preços, o que as levaria a uma rigidez de preços diante de choques de demanda. Além desses modelos há também os que argumentam que a tentativa das firmas de manter uma relação estável, relação de clientela com seus clientes levam as mesmas a definirem calendários de reajustes, absorvendo via compressão de lucros possíveis choques de custos.

Nas versões mais modernas incluem-se os modelos dinâmicos de estratégias de precificação desenvolvidos por Rotemberg (1982) e por Calvo (1983). Es-

te último desenvolveu um modelo que assume que o processo de fixação de preços por cada firma não está sujeito à revisão contínua e que as alterações de preços são não sincronizadas, ou seja, apenas uma parcela das firmas reajusta a cada momento e a probabilidade de cada firma alterar seu preço é dada exogenamente. Neste caso, a rigidez nominal não depende de contratos, como na safra inicial dos modelos *NK*. Tais modelos ganharam destaque em aplicações empíricas ao reforçar a interação entre rigidez nominal e real.

Para além do argumento da relevância da rigidez nominal, Mankiw & Romer (1991) discorrem sobre a importância da interação entre a rigidez nominal e real para compreender as flutuações econômicas observadas. Para esses autores, a maior persistência da rigidez de preços seria resultado da combinação entre a rigidez real e fricções nominais, pois se o custo marginal for muito pressionado a rigidez nominal se desfaz. Imagine, como exemplo, que a curva de oferta de mão de obra seja bastante vertical, de modo que um pequeno deslocamento na curva de demanda por mão de obra levará a grande variação no salário nominal e real. Uma vez que o salário é importante componente dos custos de produção, seu aumento pressiona o custo marginal, que, superando o custo de remarcação, leva ao reajuste de preços, desfazendo a rigidez nominal. Esse é o argumento central para compreender como rigidez nominal e real interagem e caracterizam a estrutura *NK*.

Já os modelos de rigidez real tratam das explicações para a rigidez de preços relativos, com ên-

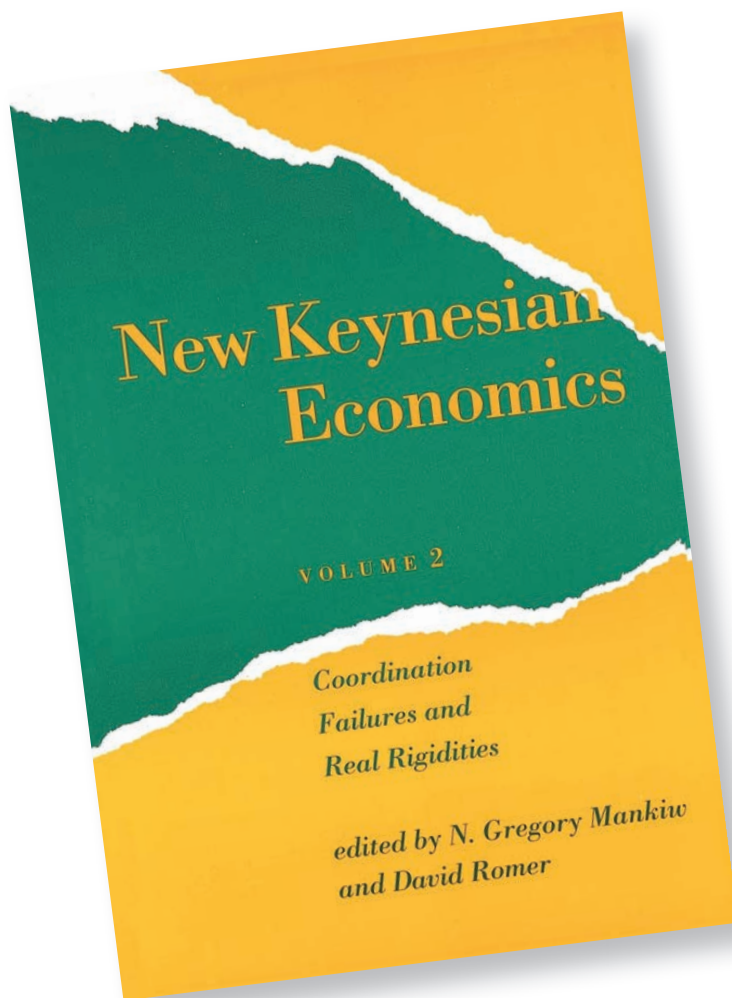
fase particular na discussão da rigidez dos salários reais. Do conjunto de modelos de rigidez real de salário destacam-se ao menos dois grandes grupos: (i) os modelos de salário de eficiência, cujo argumento central se sustenta na relação positiva entre salário real e produtividade do trabalho, que resultaria de argumentos de seleção adversa, de redução de custos de treinamento e/ou de rotatividade, e de redução de custos de monitoramento (o *shirking model*); e (ii) modelo de barganha salarial ou *insider-outsiders*, cujo argumento central está focado na força da organização dos trabalhadores empregados que pressionam o salário para níveis acima dos de equilíbrio de pleno emprego. Os modelos de rigidez real de salário fundamentam a manutenção do salário real acima dos níveis de *market clearing*, contribuindo para explicar a existência de desemprego persistente no longo prazo e interagindo com as fricções nominais para explicar a não neutralidade da moeda no curto prazo.

Assim, a lógica geral da estrutura teórica *NK* é definir situações a partir das quais a rigidez de preços e de salários impede a “mão invisível” de funcionar equilibrando continuamente oferta e demanda. Em outras palavras, segundo esta visão, o funcionamento dos mercados pode gerar situações Pareto-ineficientes com produto divergente do potencial, abrindo espaço para que a moeda seja não neutra no curto prazo. Todavia, no longo prazo o resultado da não neutralidade da moeda é preservado com o produto convergindo para o seu nível potencial, respondendo assim às



questões colocadas por Mankiw & Romer (1991) apresentadas no início do artigo.

Se, por um lado, pode-se dizer que há certo consenso sobre a aceitação da não neutralidade da moeda no curto prazo, esse consenso já não é tão evidente quando se trata da condução da política monetária. Muitos dos autores novos-keynesianos, como Mankiw e Romer, aceitam a crítica monetarista a políticas monetárias discricionárias, rejeitando, ao mesmo tempo, a proposta de uma regra cega, *a la Friedman*, para algum agregado monetário específico. No entanto, boa parte deles acabou aderindo ou sugerindo a condução através de algum tipo de critério restrito, tais como: o chamado sistema de metas para inflação, que em suas versões mais recentes – novo consenso – contém uma função *IS (investment-saving)* com fundamentos microeconômicos; uma curva de Phillips que relaciona inflação com a *NAIRU*³ com fundamentos microeconômicos em modelos como o de Calvo; e uma regra de política monetária cujo instrumento



principal é a taxa básica de juros.

No que diz respeito à política fiscal, também não há uma visão consensual sobre a viabilidade da sua adoção e a grande maioria dos autores *NK* não vê necessidade desse tipo de ação do governo.

Por fim, o enfoque Novo-Keynesiano busca explicar as flutuações econômicas e a existência de desemprego involuntário a partir da rigidez de preços e de salários, negando a hipótese de *market clearing* simultâneo em todos os mercados, bem como o argumento básico nela contido de reposição quase instantânea do produto e do emprego em seus níveis de equilíbrio com pleno emprego. Os novos-keynesianos substituíram a hipótese de *market clearing* pela de *market failures*, com mercados incompletos, trabalho heterogêneo, assimetria de informação e firmas *pricemakers*. Como resultado de curto prazo aceita-se a não neutralidade da moeda, no

entanto, a maioria dos autores *NK* aceita o resultado neoclássico ou novo-clássico no longo prazo.

* Professores do IE/UFRJ.

1 A essência teórica da crítica Novo-Clássica se refere ao caráter *ad hoc* das hipóteses assumidas pelos modelos de tradição keynesiana – compreendendo inclusive os monetaristas – devido à ausência de microfundações robustos, os quais inviabilizariam a ponte metodológica entre os enfoques micro e macroeconômico.

2 Este ponto também não é totalmente consensual. Um grupo diminuto de autores dessa corrente, dentre eles Stiglitz, argumenta que a flexibilidade poderia ser desestabilizadora.

3 NAIRU (*non-accelerating inflation rate of unemployment*) é utilizada pelos novos-keynesianos ao invés da taxa natural de desemprego de Friedman. A NAIRU seria uma taxa de desemprego à qual a inflação se estabiliza. Existe um amplo debate sobre o tema e sobre a real divergência prática entre NAIRU e a taxa natural de desemprego. Para uma discussão sobre o tema ver Snowdon & Vane (2005).

Bibliografia

- AKERLOF, G.A., & YELLEN, J.L. A near-rational model of the business cycle, with wage and price inertia. *Quarterly Journal of Economics*, 1985.
- CALVO, A. Staggered prices in a utility-maximizing framework. *Journal of Monetary Economics*, n.12, p.383-398, 1983.
- GORDON, R.J. What is New-Keynesian Economics? *Journal of Economic Literature*, September, 1990.
- MANKIW, G., e ROMER, D. (eds.). *New Keynesian Economics*. Cambridge: MIT Press. Introduction. 1989.
- ROMER, D. The New Keynesian Synthesis. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 7, nº 1, Symposium on Keynesian Economics Today, 1993.
- ROTEMBERG, J.J. The new Keynesian microfoundations. *NBER Macroeconomics Annual 1987*, Volume 2.
- SNOWDON, B; VANE, W. R. *Modern Macroeconomics*. Cheltenham UK, Northampton, MA/ USA: Edward Elgar, 2005. p.807.

Atualização em Economia: preparatório para o exame da ANPEC

23 de fevereiro a 17 de setembro de 2015
Dias úteis de 18h30 a 21h30 e sábados de 9h a 12h30
Carga horária: 520 horas
Outras informações, ligue para 2103-0118 ou 2103-0119

